

L E I nº 3.212/2012

Data : 05 de abril de 2012.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal
escriturar o imóvel o imóvel constituído
do Lote 02, da Quadra A-2, situado na
Rua Antonio Teles nº 20, no Conjunto
Habitacional José de Carvalho
Henriques, nesta cidade, em nome de
GERSON ROZARIO JUNIOR, e dá
outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do
Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal
autorizado a escriturar o imóvel constituído do Lote 02, da Quadra A-2, com a área de
200,00 m², contendo uma residência, em alvenaria, situado na Rua Antonio Teles nº 20,
no Conjunto Habitacional José de Carvalho Henriques, nesta cidade, doado
verbalmente em 1996 pelo município ao Sr. Antonio Oliveira Costa, que por sua vez,
vendeu os direitos ao Sr. Aristone Gomes, que o vendeu à Sra. Maria Aparecida Duarte
Moura, em nome de seu filho **GERSON ROZARIO JUNIOR**, brasileiro, menor
impúbere, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.016.165-0/SSP/PR, inscrito no
CPF sob nº 091.990.459-90, residente e domiciliado na Rua Antonio Teles nº 20, no
Conjunto Habitacional José de Carvalho Henriques, nesta cidade.

§ 1º - A escrituração a que se refere o "caput" deste
artigo, dar-se-á por concessão de uso especial, para fins de sua moradia e de seus
familiares, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo
anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva doação ao
concessionário, que será outorgada pelo Município.

Art. 2º - As despesas para lavratura de escritura
pública de concessão de uso especial e da escritura pública definitiva de doação, ficarão
sob responsabilidade do concessionário.

Art. 3º - A presente concessão especial de uso do
imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível,
salvo com expressa anuência do Município.

Parágrafo Único - O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário-

Art. 4º - A presente concessão especial de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 119 c/c o art. 961 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao Município, acrescida de suas benfeitorias, caso o concessionário ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 1º desta Lei, sem expresse consentimento do Município.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU, em relação ao imóvel, objeto desta concessão especial de uso, em nome do concessionário.

§ 1º - O débito decorrente do Imposto Predial e Territorial do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, não poderá ser inscrito em dívida ativa do Município, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a concessão e reverter o imóvel ao Município, acrescido das edificações, sem que nenhum direito haja para o concessionário a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 2º - O Município, a seu critério, poderá rever a penalidade imposta ao concessionário, prevista no parágrafo anterior .

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, em 05 de abril de 2012.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal